



47

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2016

## Gama Barros e a Historiografia da viragem do século<sup>1\*</sup>

ARMANDO LUÍS DE CARVALHO HOMEM  
UFLUP e UAL  
almisch@gmail.com

«Le véritable patriotisme (...)  
c'est le respect pour les générations qui  
nous ont précédés»  
(Fustel de Coulanges, cit. por HGB)

Jurista, magistrado, político e historiador, é um nome fundamental da nossa Historiografia da viragem do século XIX para o século XX. Natural de Lisboa, Enrique da Gama Barros (HGB) cursou Direito na Universidade de Coimbra entre 1848 e 1853. Profissionalmente chegou a exercer a advocacia (1855-57), e foi também Administrador do concelho de Sintra (1857-62), Administrador de Bairro em Lisboa (1862-69) e Secretário do Governo Civil da Capital, ocupando ainda a titularidade do referido Governo Civil em dois momentos (1876-77 e 1878-79). Vogal do Supremo Tribunal Administrativo entre 1877 e 1879, neste último ano ascende a Conselheiro do Tribunal de Contas, cuja Presidência ocupará de 1900 a 1910. Os anos finais da Monarquia assistirão a uma breve passagem sua pela política, como apoiante de João Franco e do Partido Regenerador-Liberal, sendo nomeado Par do Reino em 1906. Com a proclamação da República cessa toda a atividade profissional e intervenção política.

Jurista de formação e magistrado de profissão, HGB estreou-se “literariamente” em 1860, com uma compilação do Direito Administrativo do seu tempo. Essa obra (*Reportório Administrativo...*) é normalmente considerada o ponto de partida do projeto de uma “História Geral da Administração”, que abordasse os antecedentes do Código de 1842. Ou seja, HGB apresentar-se-ia à partida como um jurista que “faz História”, preambulando um tratado de “Direito Administrativo Português” (que resultaria da reedição ampliada do livro de 1860), e não como um historiador *tout court*. Mas a realização da obra (de que os séculos XII e XV seriam apenas o primeiro de três momentos a tratar) acabou por revelar o historiador, e particularmente o medievista. Geracionalmente

---

<sup>1\*</sup> Notas que serviram de suporte à Conferência “Gama Barros (1832-1925) e a historiografia na viragem do século”, proferida na FLUC, em 11 de janeiro de 2016, no âmbito do Curso de 2º Ciclo em História.

próximo de autores como Henry Thomas Buckle (1821-1862), Ernest Renan (1823-1892), Hippolyte Taine (1828-1893), Theodor Mommsen (1817-1903) e Numa-Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), particularmente influenciado pelo último, HGB pode inserir-se numa Historiografia “constitucionalista” do Direito Público, com expoentes europeus ainda em Georg Waitz (1813-1886), William Stubbs (1825-1891), Frederick Pollock (1845-1937), Frederick William Maitland (1850-1906) ou Eduardo de Hinojosa (1852-1919).

Em termos nacionais, não é propriamente fácil “enquadrar” HGB: em primeiro lugar pela sua singular posição no século XIX português; depois por todas as indefinições da nossa Historiografia de então, desde logo em termos de enquadramento institucional: efetivamente, o historiador do tempo português de HGB já não é o típico académico da viragem do século XVIII para o século XIX, produtor de *memórias* de grande erudição (modelo personificável em António Caetano do Amaral (1747-1819), José Anastácio de Figueiredo (1776-1805), Francisco Aragão Morato (1777-1838) e sobretudo João Pedro Ribeiro (1758-1839), autores cuja sólida informação será aliás uma das grandes *fontes* de HGB); mas também ainda não é o *profissional da História* dos nossos dias.

HGB já não escreve *memórias* mas um *livro*, com tudo o que esta mutação representa. A *Historia da Administração Publica* pretendia-se à partida uma *síntese*, para um público de *juristas*, mormente os pares do autor na função judicial e administrativa. Mas a elaboração da obra revelou uma vocação de fundo de historiador, produzindo capítulos crescentemente *eruditos* (e, conseqüentemente *analíticos*) à medida que o livro avança. Se o 1º volume da edição original (tomos I e III da 2ª edição) ainda nos surge como relativamente sintético (e fundado eminentemente em fontes documentais e cronísticas impressas; de onde, o ser a secção da obra mais *datada* pelas ulteriores mutações dos estados de conhecimentos), os restantes irão de aprofundamento em aprofundamento, impedindo o autor não só de ultrapassar cronologicamente o século XV, como, dentro da Idade Média, de cumprir cabalmente o plano traçado. A cronologia da edição original não deixa de ser, a este respeito, esclarecedora:

- 1º volume (tt. I e III da 2ª edição): Preparado desde os meados da década de 60, publicado em 1885;
- 2º volume (tt. IV e V da 2ª edição): publicado em 1896;
- 3º volume (tt. VI a VIII da 2ª edição): publicado em 1914;
- 4º volume (tt. IX e X da 2ª edição): publicado em 1922;
- 5º volume (materiais para o ...; = t. XI da 2ª edição): em estado avançado de elaboração à data da morte de HGB, em 1925.

Concretizando um pouco mais esse crescente aprofundamento da análise: HGB consagrou o volume inaugural aos livros I e II da obra (“Direito escripto e direito tradicional” e “Administração Central”, respectivamente); a eles se seguiria a “Administração Geral”; mas o facto é que o autor acabará por inserir, como livro III, uma longa secção sobre a “Situação economica do paiz” (que no plano original não passava de título introdutório), a qual se espalhará pelos volumes 2º e 4º. A “Administração Geral”, como livro IV, acabará por constituir o inacabado (e impublicado) volume 5.º (tomo XI da 2ª ed.).

Apesar dos inacabamentos, é óbvio que HGB produziu uma obra abarcante de um alargado leque de temas e problemas na abordagem (“globalizante”, quase diríamos) da sociedade medieval portuguesa, mormente os materiais constantes no 2º volume e subsequentes (os quais traduzem, eles sim, uma pesquisa arquivística mais sistemática, mormente na Torre do Tombo). E é isto que explica a *fortuna*, em vida e póstuma, do autor. Com efeito, a publicação dos dois primeiros volumes abriu-lhes as portas da Academia das Ciências de Lisboa (correspondente em 1886, efetivo em 1893; será sócio de mérito em 1915 e emérito em 1920), do Instituto de Coimbra (1886; sócio honorário em 1899) e da Real Academia de la Historia, de Madrid (1893).

A posteridade medievística de HGB rapidamente fez da sua obra algo de consulta indispensável, em domínios tão diversos como sejam o regime de propriedade, os grupos sociais ou as instituições políticas ou jurídicas. E a esse respeito é desde logo de destacar a influência exercida nas Faculdades de Direito e numa Historiografia jurídica em vias de renovação a partir dos alvares do nosso século (Guilherme Moreira [1861-1922], Marnoco e Sousa [1860-1916], Joaquim Pedro Martins [1875-1939] e sobretudo Paulo Merêa [1889-1977], Luís Cabral de Moncada [1888-1974] e, mais tarde, Marcello Caetano [1906-1980]). E, depois, a receção por uma comunidade historiográfica que pelos anos 40-50 esboçava o seu longo (e por vezes penoso) processo de institucionalização universitarizante: é a “Escola de Coimbra” que recolhe a biblioteca e o espólio de HGB, e é um dos seus membros (Torquato de Sousa Soares [1903-1988]) quem procede, de 1945 a 1954, à reedição da obra, doravante de manuseio tornado corrente (infelizmente, os prometidos índices nunca foram dados à estampa; nesta matéria estamos reduzidos ao tentame que Augusto Reis Machado operou nos anos 30 sobre a edição original).

O medievista dos finais do século XX continua a ter em HGB uma incontornável referência. O abalçar à abordagem de um qualquer tema medieval quase pressupõe, qual “ato reflexo”, uma consulta da *História da Administração Pública*, no sentido de apurar o que o autor escreveu e opinou (ou não escreveu *nem* opinou) na matéria. Pela *palavra* ou pelo *silêncio*, HGB

está portanto presente na laboração do investigador atual, não como “a nossa Bíblia” (expressão que a tradição oral atribui, a seu respeito, a Virgínia Rau [1907-1973]), mas como uma espécie de “colega mais antigo”, inolvidável pelos expoentes de um medievismo universitário finalmente configurado na nossa Historiografia a partir dos finais da década de 70.

### Obras de HGB

- Reportorio Administrativo. Dedução alfabética do código administrativo de 1842 (...) e da legislação correlativa subsequente até 1860, inclusive*, Lisboa, 1860.
- Historia da Administração Pública em Portugal nos séculos XII e XV*, 2ª edição, dir. por Torquato de Sousa Soares, tt. I-XI, Lisboa, Sá da Costa, 1945-54.
- «*Communas de Judeus e Communas de Mouros*», ed. J. Leite de Vasconcellos, *Revista Lusitania*, XXXIV (1937): 165 ss.; XXXV (1938): 161 ss.

### Estudos sobre HGB e a Historiografia do seu tempo

- ALMEIDA, Fortunato de – «Gama Barros e a “História da Administração Pública em Portugal», *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, XIII / 3 (1919, Ag.-Out.): 935-974.
- BAIÃO, António – «Gama Barros na Torre do Tombo e a sua grande colaboradora», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): LXXVII-LXXXV.
- FERRÃO, António – «Gama Barros e a sua obra», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, XIX (1925-1933): 261-299.
- FERREIRA, Luís Afonso – «Gama Barros e o Elucidário», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): XCVII-CXIX.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaios*, III. *Sobre Teoria da História e Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa, 1971.
- HESPANHA, António M. – «Historiografia jurídica e política do Direito (Portugal, 1900-1950)», *Análise Social*, 3ª série, vol. 18, n.ºs 72-73-74 (1982 - 3.º / 4.º / 5.º): 795-812.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Gama Barros, Historiador das Instituições Administrativas (No I Centenário do início da publicação da “História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV”», *Revista da Faculdade de Letras (UP). História*, II série, II (1985): 235-48. Reed. in ID., *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990: 35-47.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Do Liberalismo à República ou um Tempo de Oportunidades Perdidas: para um perfil do “historiador português” de Oitocentos», *Revista Portuguesa de História*, 42 (2011), p 85-94. Também in MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (Coord.)

- *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*, Porto, Fac. Letras / UP, 2013, p. 115-124.
- MALTEZ, José Adelino – «Gama Barros, Henrique da», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I, s. l., Alfa, 1985: 282.
- MARQUES, A. H. de Oliveira [Ed.] – *Antologia da Historiografia Portuguesa*, I. *Das Origens a Herculano*, II. *De Herculano aos nossos dias*, 2ª ed., Mem Martins, Europa-América, 1983.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; COELHO, Maria Helena da Cruz; DIAS, João Alves; ROSAS, Fernando; FRANÇA, José-Augusto – «Historiografia Portuguesa», in FRANÇA, J.-A. [Dir.] – *Portugal Moderno: Artes e Letras*, Lisboa, Pomo, 1991: 189-207.
- MERÊA, Paulo – «Esboço de uma História da Faculdade de Direito. 1º período: 1836-1865. 2º período: 1865-1902», *Boletim da Faculdade de Direito (UC)*, vols. XXVIII e XXIX (1952 e 1953): 99-180 e 23-197.
- MORENO, Humberto Baquero; DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – «História da Administração Portuguesa na Idade Média: um balanço», *Ler História*, 21 (1991): 35-45.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos – «Barros, Henrique da Gama», in COCHOFEL, João José [Dir.] – *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977: 648-649.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1972.
- SOARES, Torquato de Sousa – «Barros, Henrique da Gama», in SERRÃO, Joel [Dir.] – *Dicionário de História de Portugal*, I / A-D, Lisboa / Porto, Iniciativas Editoriais / Figueirinhas, 1971: 305-307.
- SOARES, Torquato de Sousa – «Henrique da Gama Barros», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): V-LXXV.
- SOVERAL, Carlos Eduardo de – «Barros, Henrique da Gama», in PRADO-COELHO, Jacinto do [Dir.] – *Dicionário de Literatura*, 3.ª ed., 1º vol. / A-E, Porto, Figueirinhas, 1983: 94.
- VELLOSO, J. M. Queiroz – «Gama Barros», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): CXXI-CXXVIII.

